

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

RURAL EDUCATION IN MOVEMENT AT THE ZUMBI DOS PALMARES SETTLEMENT - RJ

Beatriz Corsino Perez Corsino Perez¹

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes²

Marcelo Cavalcanti Vianna³

Resumo

Este artigo busca contribuir com o movimento da Educação do Campo como tática e estratégia de resistência dos trabalhadores rurais ao processo de exploração do trabalho e de expropriação da terra. O debate realiza-se a partir da experiência extensionista junto à Escola Municipal Carlos Chagas, localizada no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes/RJ, com o objetivo de refletir qualitativamente sobre a construção da identidade coletiva da comunidade escolar e de ações para o enfrentamento dos problemas estruturais da instituição, de forma a fortalecer a educação do/no campo. Para isso foram realizados encontros de formação de professores e da equipe gestora e oficinas com os estudantes, adotando metodologias participativas. Foi possível constatar o apagamento da memória das lutas sociais empreendidas no território, bem como de seus atores locais. O projeto visou fortalecer as causas que uniam estudantes de diferentes localidades do município, como a luta pela reforma agrária popular e por moradia, além da articulação com o poder público para atender às demandas de melhorias na infraestrutura e de ampliação da escola. Apesar dos avanços, a Educação do Campo faz-se em constante movimento, necessitando da participação de diferentes atores para que possa ser efetivada.

Palavras-chave: Educação do Campo; MST; Campos dos Goytacazes.

Abstract:

This article aims to reflect on rural education as one of the main strategies of resistance from workers against work exploration and terrain expropriation. The discussion is based on the expansionist experience of Carlos Chagas School, located in the Zumbi dos Palmares

¹ Departamento de Psicologia de Campos - Universidade Federal Fluminense. Doutora em Psicologia pela UFRJ.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Graduação e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (UFF) e do Departamento de Serviço Social de Campos (UFF). Vice coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP/UFF). julianatnmendes@gmail.com

³ Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Doutorando no Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional IPPUR UFRJ

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

community, search for structural problems and make a strong rural education. Besides, the project includes meetings for professors during the graduation process, activities with the students, and the adoption of participative methodologies. It was possible to observe the erasure of the memory of social struggles in the territory, as well as that of its locais actors. From this, the project tried to improve causes that united the students from different locations, such as the fight for agrarian reform, the battle for the public institution's attention, and the enlargement of the school. Although there were some advances, the rural education is in movement and needs the attention of different sectors to continue.

Keywords: Rural Education; MST; Campos dos Goytacazes.

Introdução

No senso comum, há uma certa noção do rural como lugar da escassez e do atraso, construída na comparação com o meio urbano, que tende a ser visto como moderno e avançado. Neste artigo, partimos da compreensão do rural como um território que se vai constituindo das dimensões objetivas advindas do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que é carregado de símbolos, valores, vivências e experiências que produzem esse espaço e formam as identidades individuais e coletivas dos sujeitos que ali habitam.

Vivendo em contextos distintos dos centros urbanos, mas em estreita relação com ele, os trabalhadores do campo se articulam pelo direito a uma educação que atenda os seus interesses. Ou, como bem salienta Caldart (2016), que garanta condições objetivas de construir e gerir, pela sua associação coletiva, a educação de que precisam para conquistar a sua emancipação, a partir da vinculação com a luta política e a identidade camponesa.

Nesse sentido, a escola do/no campo se torna um espaço singular para reunir os sujeitos e debater sobre os acontecimentos da comunidade, em que o conteúdo pedagógico e a prática escolar acontecem a partir da realidade do território, visando a uma formação omnilateral. De acordo com Martins (2020, p. 23), a educação do campo busca a construção de “sujeitos coletivos, solidários, dotados de sensibilidade social e que saibam onde “vão usar” os aprendizados fornecidos pela escola”. Como parte constitutiva do projeto em disputa, o processo de construção de identidade e suas subjetividades Sem-Terra, Caldart (2000) refere-se ao vínculo criado na participação da luta social como uma classe e como um projeto por *de vir*.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

De acordo com Diniz (2019), a Educação do Campo reivindicada pelos movimentos camponeses deve fazer com que os estudantes reflitam sobre o seu papel social e a sua participação nas conquistas sociais. Das práticas pedagógicas poderia emergir uma cultura de resistência e de superação que se estenderia para além da sala de aula, fortalecendo a identidade camponesa e a afirmação do campo como espaço de trabalho e de vida. A educação tem, portanto, o papel de fomentar reflexões a fim de desconstruir o imaginário coletivo que compreende de forma hierárquica a relação campo-cidade, buscando a problematização do modelo de desenvolvimento capitalista (Caldart, 2016). Como processo que se constitui em movimento, a Educação do Campo é mais do que uma dimensão conceitual, pedagógica; expressa um determinado tipo de sociedade que vai na contracorrente dos interesses do agronegócio, dos grandes produtores e latifundiários, da superexploração/destruição natureza e da exploração do trabalho.

Contudo, a Educação do Campo enquanto política pública ainda encontra muitas dificuldades para se efetivar como direito na realidade das comunidades rurais do Brasil, principalmente quando se trata do conjunto de ações envolvidas do Estado, dos movimentos sociais, das relações locais e suas instâncias de representação política nos municípios. Portanto, não é de maneira desproposita que se verifica, em todo o Brasil, o fechamento de escolas do campo (Oliveira; Silva; Silva, 2023). Só no município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, nos últimos 20 anos, 36 escolas localizadas no meio rural foram fechadas (Vianna, 2018). Atualmente, existem 120 escolas e creches da rede municipal localizadas no meio rural, sendo 92 de Ensino Fundamental (Inep, 2023). Dessas, onze estão em processo de transformação para a Educação do Campo. Algumas têm um número pequeno de estudantes matriculados, deixando a preocupação de que a cada ano possam ser fechadas ou nucleadas, com o discurso de melhoria da qualidade na oferta da educação e de redução de custos para o Estado.

Neste sentido, faz-se urgente refletir sobre as escolas situadas no campo, considerando seus projetos, suas especificidades territoriais e a população atendida, para que possamos garantir uma educação de qualidade, em consonância com a realidade socioespacial. Também é preciso pensar na ação pedagógica, na política pública para as modalidades e diversidades, fazendo uma imersão direta na pluralidade cultural, expressa por meio das variadas linguagens das crianças e dos adolescentes camponeses. Martins (2009) defende a necessidade de “ocupar a escola” através da implantação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

Escolas do Campo, pela luta política pelo não fechamento das escolas rurais e, no plano identitário, com a promoção do debate sobre a cultura camponesa, seus valores e a manutenção da vida no campo.

Foi na busca pela “ocupação” da Educação do Campo que foi criado o projeto de extensão *Formação de professores e participação comunitária: caminhos para transformação das escolas do campo*, pelo Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (Nijup), da Universidade Federal Fluminense, em articulação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a Articulação da Política de Diversidade da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Campos dos Goytacazes/RJ (Seduct) e com a direção da Escola Municipal Carlos Chagas, situada no assentamento Zumbi dos Palmares. O objetivo do projeto é contribuir para a implantação das diretrizes da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola no município de Campos dos Goytacazes, através da formação de educadores e da participação estudantil e comunitária através da pesquisa intervenção.

Assim, o presente artigo visa refletir qualitativamente sobre os desafios para a implementação da Educação do Campo, a partir da experiência do projeto de extensão realizado na Escola Municipal Carlos Chagas, fruto do nosso desígnio de produzir uma interlocução entre as experiências próprias e apropriadas da escola e as ações dos movimentos sociais, pesquisadores e agentes públicos.

Aproximação à realidade local: compreendendo Campos dos Goytacazes e a luta pela terra

O município de Campos dos Goytacazes tem a sua organização espacial e histórica marcada pelos interesses da elite agrária, decorrente da atividade econômica centrada na monocultura da cana-de-açúcar, que se iniciou ainda no período colonial e se estendeu até meados dos anos de 1980, quando passou a ser fortemente influenciada pelos recursos advindos da exploração de petróleo e gás na bacia de Campos.

O escravismo colonial, fundado no interesse puramente econômico, forjou a ideia de “raças inferiores”, que combinava a dizimação dos corpos negros e indígenas e a dominação de suas mentes, despossuindo-os de suas identidades, subjetividades e, até mesmo, da sua humanidade (Souza, 2020). Como decorrência desse processo, temos o racismo arraigado até os nossos dias, que, de forma estrutural, expressa-se pela assimilação das relações sociais e das

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

ações conscientes e subconscientes que emanam de um processo que subjugou, escravizou e inferiorizou povos e territórios (Almeida, 2019).

Nas décadas de 1940 e 1970, houve a mudança gradativa do polo hegemônico açucareiro para o estado de São Paulo e a redefinição das relações trabalhistas com o estabelecimento do salário-mínimo. Assim, o capital foi liberado de algumas responsabilidades com o trabalhador, que passou a assumir os custos de sua reprodução, dos quais a moradia foi uma delas. Com isso, Campos dos Goytacazes chegou à década de 1970 com a maioria da população vivendo no meio urbano. Se antes os trabalhadores do cultivo da cana-de-açúcar estavam nas áreas das usinas e ao redor dos complexos agroindustriais, agora estavam nos entornos urbanos, principalmente nos distritos de Travessão, Tocos e Baixada Campista (Becker, 2014). No entanto muitos desses trabalhadores continuavam integrando as atividades ligadas à cana-de-açúcar, através do trabalho volante. Já na década de 1980, a indústria açucareira dava sinais de instabilidade, mesmo tendo alcançado o auge da sua produção. A baixa do preço no mercado internacional, atrelada a uma política de contenção salarial, aceleração inflacionária e as dívidas contraídas para financiar o aumento da produtividade foram determinantes para que, nas décadas seguintes, muitas usinas decretassem falência.

Ao longo desse processo, tiveram muitos conflitos agrários decorrentes da luta dos trabalhadores rurais por direitos e contra a exploração realizada pelos usineiros e latifundiários, como também, pela reforma agrária. Com a falência das usinas, essa luta foi impulsionada com o apoio das organizações sociais pastorais e movimentos sociais, em especial, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse último chegou ao município em 1997, liderando a ocupação do complexo de nove fazendas pertencentes à Usina São João, que havia decretado falência. Essa ocupação deu origem ao Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, criado no mesmo ano, com uma área de 8.005 hectares com capacidade para 507 famílias assentadas (INCRA, 2024), organizadas em cinco núcleos, entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. Esse se tornou o maior assentamento de reforma agrária do estado do Rio de Janeiro. A Escola Municipal Carlos Chagas ficou localizada no núcleo 2 e se tornou a única escola dentro da área de assentamento no município, como podemos observar no mapa abaixo.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

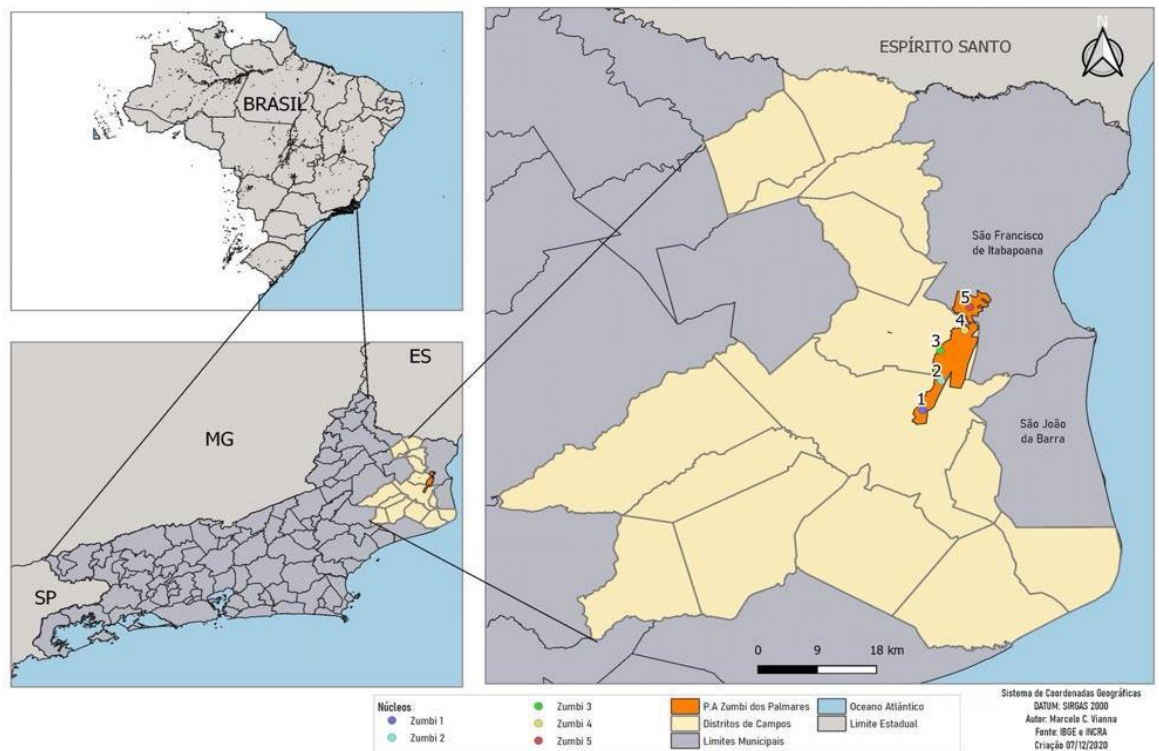


Figura 1: Mapa de localização do P. A. Zumbi dos Palmares – Campos dos Goytacazes, RJ.

Fonte: Incra/IBGE (2024). Autor: Marcelo Vianna.

De acordo com Martins e Rodrigues (2019), as famílias beneficiadas com a demarcação do assentamento eram constituídas por ex-trabalhadores da Usina São João, moradores de favelas e de diferentes regiões do município, integrantes do MST de outras cidades do estado do Rio de Janeiro e membros de sindicatos de trabalhadores rurais de São Francisco de Itabapoana. Com as famílias assentadas nas terras das antigas propriedades da fazenda, a luta continuou por políticas públicas que permitissem a permanência desses trabalhadores na terra conquistada, uma delas foi pelo direito à educação, como será abordado no próximo item.

A história de luta pelo direito à educação no assentamento Zumbi dos Palmares: a Escola Municipal Carlos Chagas

A Escola Municipal Carlos Chagas foi inaugurada em 1958, em um terreno na localidade de Jacarandá, doado pelos proprietários da Usina São João para a prefeitura, com a finalidade de atender aos seus trabalhadores e familiares. De acordo com as informações contidas no Plano Político Pedagógico da Escola Municipal Carlos Chagas (2018), em 1995, a escola contava com duas professoras e atendia aproximadamente 30 estudantes, divididos em

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

classes multisseriadas: nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no período diurno, e na Educação de Jovens e Adultos, no período noturno.



Figura 2: Fachada da Escola Municipal Carlos Chagas com varanda e terra de chão batido. Fonte: Acervo pessoal de Marcelo Vianna (2024).

Durante a ocupação realizada pelo MST, havia muitas famílias com crianças e adolescentes que precisavam ir à escola. No entanto a distância entre o local do acampamento e a escola municipal mais próxima era longa, e as negociações com a prefeitura em relação à demanda pelo transporte escolar não alcançaram êxito. Assim, foi criada, em 1997, a escola popular Roseli Nunes para promover a educação das crianças dentro do acampamento. Entretanto as negociações com a prefeitura continuaram, pois a escola popular não era reconhecida pelo Ministério da Educação. Após muita luta, no ano seguinte, as crianças puderam ser matriculadas na Escola Carlos Chagas, que, aos poucos, foi sendo ampliada para atender a demanda dos assentados.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ



Figura 3: Escola Roseli Nunes com a bandeira do MST pintada na fachada da escola (1998).
Fonte: Acervo pessoal de Marcelo Vianna (2024).

É importante destacar que, no ano de 1998, foi criado o Coletivo Educampo com a finalidade de intensificar as táticas “por uma educação do campo”, no âmbito do município, que consistiram em realizar audiências públicas, seminários, ocupações e intercâmbios em escolas que desenvolviam ações em torno da defesa e disputa da Educação do/no campo enquanto modalidade reconhecida de ensino e, principalmente, de valorização da vida camponesa. Esse coletivo articulou e mobilizou processos de luta por uma educação de qualidade, sobretudo, na escola Carlos Chagas, e atuou de modo mais orgânico até meados de 2018.

Atualmente a escola atende a 544 estudantes, nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo eles moradores do assentamento Zumbi dos Palmares e de bairros adjacentes, sobretudo do Parque Aeroporto, Brejo Grande, Mundéus e de Travessão.

Muitas crianças moradoras do Parque Aeroporto residem no conjunto habitacional Novo Horizonte, denominado por elas como “as casinhas dos AP”. De acordo com Silva *et al.* (2022, p. 36), em 2021, 628 famílias ocuparam esse conjunto habitacional, que fazia parte do programa federal Minha Casa Minha Vida, cujas residências não haviam sido entregues oficialmente. Na época da ocupação, faltava ainda a conclusão dos serviços de energia elétrica, abastecimento regular de água e coleta de esgoto. Mais da metade da população estava em situação de extrema pobreza, vivenciando no seu cotidiano a ausência de políticas públicas, agravada pela pandemia da Covid-19.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

As casas do Novo Horizonte foram construídas sem que seu entorno fosse equipado com serviços públicos essenciais, como escola, creche, posto de saúde, áreas de lazer e serviço regular de transporte público. Em relatos obtidos durante o trabalho de campo, em 2024, uma moradora estimou que a metade da população local seria de crianças e adolescentes, que passaram a estudar nas escolas públicas da região, como a Escola Municipal Carlos Chagas. Ela mostrou-nos a precariedade das condições relacionadas à infraestrutura urbana, pois muitas casas continuavam sem energia elétrica, e nenhuma tinha abastecimento regular de água e coleta de esgoto, sendo esse visto correndo a céu aberto a cada cruzamento das ruas. A moradora também relatou que a população local se dedicava à prestação de serviços no centro, como empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais, pedreiros, mas também sazonalmente trabalhavam no corte de cana-de-açúcar.

Processos metodológicos: a proposta do projeto de extensão na Escola Municipal Carlos Chagas

Iniciamos as ações na Escola Municipal Carlos Chagas, a partir de uma demanda apresentada pelas crianças, em 2023, durante o Encontro Sem Terrinha do Norte Fluminense, organizado pelo MST e pelo Nijup. As crianças que vivem nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária são denominadas pelo movimento social de “sem-terrinha”, por serem filhas e filhos de trabalhadores rurais vinculados ao MST. No encontro, elas reivindicavam melhores condições de infraestrutura na escola. Foram entregues cartazes e uma carta para a secretaria de educação do município, que se comprometeu em executar ações para atender às demandas apresentadas pelas crianças. No mesmo ano, a Escola Municipal Carlos Chagas ficou entre as três escolas municipais com o pior Ideb⁴ da rede municipal. Sendo assim, ficou evidente que era necessário somar forças para que pudéssemos garantir melhorias na infraestrutura, e, para além disso, a construção de um projeto político pedagógico de forma participativa.

Nesse contexto, em abril de 2024, o projeto de extensão iniciou-se com atuação em três frentes: implementação das Diretrizes da Educação do Campo, com a reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola e a formação continuada de professores e gestores; reflexão acerca da identidade coletiva da escola, por meio da promoção da cultura camponesa junto aos estudantes; e a articulação para a melhoria da infraestrutura da escola.

⁴ O Ideb do município, no ano de 2023, foi de 5,4, para os anos iniciais, e de 3,6 para os anos finais. A Escola Municipal Carlos Chagas, nos anos iniciais, ficou com o índice de 3,9, e, nos anos finais, com 3,3.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

Em relação à primeira frente de atuação, foram realizados cinco encontros de formação de professores e da equipe gestora, contando com dinâmicas e discussões sobre a Educação do Campo, com a duração média de duas horas cada um. Os encontros abordaram os seguintes temas: História dos Movimentos Sociais do Campo; Fundamentos da Educação do Campo; Território e redes; Direito à Alimentação Saudável; e Projeto Político Pedagógico da Escola. Na formação, buscamos fomentar a reflexão crítica sobre as relações que os professores e gestores tinham com o seu trabalho, as dificuldades presenciadas na escola, como se dava a relação professor-aluno e da escola com as famílias, e de que forma eles poderiam agir na transformação do espaço escolar de forma a construir um currículo diferenciado, considerando o contexto no qual a escola está situada e do público que ela atende.

Em todos os encontros a bandeira do MST estava presente como estratégia para superar o processo de apagamento da identidade Sem-Terra e da história de luta empreendida por um currículo escolar rural desvinculado da realidade camponesa. Consideramos que essa afirmação vinculava o sujeito a uma classe social determinada estruturalmente em função da posição que ele ocupa num sistema de produção, e também pela capacidade de organização e mobilização que essa vinculação exalta.

Ao mesmo tempo, também foram realizadas oficinas com os estudantes, adotando metodologias participativas. Aconteceram cinco encontros, que envolveram 20 turmas da escola, nos turnos da manhã e tarde, com exceção da EJA. A partir da compreensão de crianças e adolescentes como atores sociais, sujeitos de direitos e construtores da sociedade, as oficinas tinham como objetivo conhecer como eles atribuíam sentidos ao território onde vivem e à escola. Além disso, buscamos entender quais eram as melhorias que precisavam ser feitas e de que forma poderiam reivindicar suas demandas para que as transformações fossem efetivadas tanto na instituição escolar, quanto na comunidade onde moram.

Para isso, foi construída uma exposição sobre a história do assentamento Zumbi dos Palmares e da presença do MST no município de Campos dos Goytacazes. O evento contou com a presença de lideranças que narraram como foram os dias no acampamento, a luta pelo território e as conquistas efetivadas. Nas oficinas, foram criados mapas afetivos sobre os lugares onde moram, cartazes e desenhos sobre as dificuldades percebidas na escola atualmente e como eles desejavam a escola ideal. Foram realizados jogos e dinâmicas sobre o direito à alimentação saudável, a partir da reflexão sobre a necessidade da reforma agrária popular, da importância da agricultura familiar e dos prejuízos causados pelo uso de agrotóxico, entre outros temas.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

Por fim, a terceira frente foi a busca pelas melhorias na infraestrutura, por meio de negociações junto à Seduct, articulações com o Incra, o Ministério do Trabalho e a Defensoria Pública. Nessa ação, realizamos reuniões com os representantes dessas instituições para que fosse possível a ampliação do terreno da escola para a elaboração de um projeto arquitetônico que atendesse às necessidades da comunidade escolar e que fosse viável, considerando os recursos e as possibilidades apresentadas pelo setor de obra e infraestrutura da Seduct.

Nos próximos itens, abordaremos a discussão dos resultados do trabalho desenvolvido na escola, entre os meses de abril e outubro de 2024.

Para além da dicotomia campo e cidade: a construção da identidade coletiva pela luta por políticas sociais

Embora a escola esteja localizada dentro do assentamento, seu público perpassa a confluência do rural com o urbano, refletindo uma multiplicidade de infâncias e a constituição de novas ruralidades (Carneiro, 2008). Uma questão que se mostrou latente entre os professores e os estudantes era: essa é uma escola do campo? Em seguida, a resposta dada era que a escola estava localizada em área próxima ao centro urbano e que atendia majoritariamente estudantes de uma ocupação periférica da cidade, a do Novo Horizonte. Nesse sentido, professores questionavam a necessidade de a escola ter um currículo específico, articulado às diretrizes da Educação do Campo, se grande parte das famílias dos estudantes não trabalhava na agricultura familiar. Entretanto, no trabalho de campo foi possível observar que algumas famílias têm hortas no quintal de casa, e que também se dedicam sazonalmente ao corte de cana-de-açúcar.

A perspectiva presente na fala das professoras se relaciona com que Carneiro (2008) denomina como o mito fundador da sociologia rural, que institui a oposição entre campo e cidade como realidades espaciais e sociais descontinuas. Com o processo de urbanização tido como natural e inevitável, o contexto rural estaria subordinado ao urbano, e as diferenças entre campo e cidade tenderiam a desaparecer. Todavia aquilo que se observa atualmente é o crescente debate acerca de novas ruralidades, na qual há a constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais.

Para muitos professores, a identidade da escola construía-se, principalmente, a partir da periferia urbana, que, em suas falas, era marcada pela violência e pela pobreza. Ao mesmo tempo, alguns estudantes moradores do assentamento ou espaços rurais próximos tinham uma perspectiva negativa sobre o campo, como se percebe na fala de um adolescente, ao dizer que

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

“aqui só tem brejo e roça”. Outro ainda disse: *“Não tem nada de bom onde eu moro não, tia, lá é fim de mundo”*. O que ficou explícito a partir das nossas abordagens foi que, no geral, seja por parte dos docentes ou discentes havia uma percepção do campo que o considerava em oposição ao urbano, sendo o primeiro marcado como o lugar das atividades agropecuárias; e segundo, pela industrialização. O campo era visto como o lugar do “atraso” e de um certo vazio, pensado na relação com os espaços urbanos, cheios de prédios e serviços.

Nesse sentido, uma “boa escola” seria aquela capaz de fazer com que os estudantes pudessem se qualificar para ir morar em um lugar melhor, onde pudessem ter profissões com uma remuneração mais alta e com menos desgaste físico, ou seja, que eles abandonassem a vida no campo. Diversas vezes, professores disseram que os familiares dos estudantes não gostariam que os filhos continuassem trabalhando na roça, e que, por isso, incentivavam os seus estudos. Dentro desta lógica, eles não viam sentido em implementar as diretrizes da Educação do Campo, uma vez que estariam indo contra o desejo dos estudantes e de seus familiares.

Por outro lado, alguns estudantes se referiam ao campo como espaço bom para se viver, por ser tranquilo e ter muitas árvores, frutas e animais, como foi possível perceber na fala de algumas crianças que disseram gostar de morar no assentamento porque lá elas se divertiam muito e que podiam comer frutas sempre, pois era só pegar no quintal da sua casa. No entanto quanto mais avançamos para os anos finais do Ensino Fundamental, menos elementos do campo foram sendo evidenciados de forma positiva, nas falas dos adolescentes.

Ao mesmo tempo, os estudantes residentes no Parque Aeroporto relataram as condições precárias de moradia, a falta de infraestrutura urbana e de serviços essenciais, bem como a presença da violência e do tráfico de drogas, como está presente nas seguintes falas sobre o bairro: *“não gosto de briga e de confusão. Moro nas casinhas e lá tem tiroteio, fico em pânico”* e *“queria que tivesse uma UBS por perto”*. É importante destacar que a falta de acesso aos serviços também foi relatada pelos estudantes do assentamento, indicando a vulnerabilidade a que estão inseridos pela ausência de políticas públicas, seja em espaços consideradas rurais ou urbanas.

O trabalho junto aos estudantes permitiu perceber que poucos conheciam a história das lutas empreendidas pela conquista da terra e da casa onde moravam. Na sua maioria, eles não sabiam que o Assentamento Zumbi dos Palmares foi conquistado pela luta do MST e nem quem foi a liderança quilombola que deu origem ao nome. Aqueles que moravam no assentamento, em geral, diziam que suas casas estavam situadas nas localidades que levavam o nome das

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

antigas fazendas da usina. Somente alguns alunos narraram relatos dos seus avós sobre o acampamento, as dificuldades enfrentadas naquele período morando sob a lona e também de quando conquistaram as terras. Já os estudantes que viviam na ocupação Novo Horizonte diziam desconhecer a história recente da comunidade ou indicaram desconforto ao falar sobre o assunto.

Portanto consideramos haver um processo de apagamento da história desses territórios, seja por já ter se passado muito anos e alguns dos seus moradores terem falecido ou repassado suas terras, seja por processos políticos e religiosos, que vão individualizando as demandas sociais, culpabilizando e criminalizando as lutas sociais. Nesse contexto, a própria escola, ao ter um currículo desvinculado das questões vivenciadas pelas crianças e adolescentes, contribui para esse apagamento, no sentido de não retomar e valorizar esses processos como parte constitutiva da existência e vida dos seus alunos. Ao reproduzir uma educação que não considera a realidade local, que tende a homogeneizar seus alunos a partir de uma referência urbanocêntrica, ela contribui para o apagamento das memórias coletivas e para uma educação que forja sujeitos acríticos, funcional à manutenção das estruturas de poder do capital na escala do município.

Outra questão que se mostrou presente no trabalho com os estudantes e os professores foi o racismo, nas suas diferentes manifestações. No âmbito do corpo docente, as questões da escola não eram problematizadas considerando a racialização das relações pessoais e institucionais. Já com os estudantes, na sua maioria negros, falas e situações que expressavam a naturalização do racismo eram recorrentes. No entanto, mais do que a naturalização do racismo, é preciso compreender a natureza estrutural cujas bases, no Brasil, estão no processo de colonização, onde a escravidão pressupunha sua objetificação e a negação do negro como ser social (Fanon, 2008). Nesse processo, cria-se uma subjetividade e uma sociabilidade de inferiorização do negro, ao mesmo tempo que coloca o branco na condição de superioridade e de modelo de humanidade. De acordo com Souza (2020, p. 147), “se o negro quer ser humano, ele precisa ser branco, de maneira que sua vida se produz permeada por complexos de inferioridade”, que se perpetua até os dias atuais, como foi observado na reprodução das falas racistas emitidas pelos estudantes.

Durante o projeto de extensão, buscamos trabalhar a valorização da identidade camponesa e da luta pela reforma agrária popular, com a exposição de fotografias, de cartazes, de músicas e símbolos do MST. Também problematizamos junto com o corpo docente e

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

discente sobre o que seria um bom lugar para viver e a relevância de lideranças históricas negras do município, como o Cícero Guedes, que se dedicaram à luta pela reforma agrária popular, agroecologia e Educação do Campo. Além disso, também resgatamos a história pela luta pela terra no Brasil, dos quilombos e da figura de Zumbi dos Palmares, que dá nome ao assentamento. A partir da valorização da memória histórica, buscamos contribuir para que a comunidade escolar saísse de uma perspectiva fatalista (Martin-Baró, 2017) em relação ao seu futuro, reconhecendo, também no presente, as lideranças das suas comunidades e a importância das lutas coletivas para a melhoria da escola.

A luta por melhorias da infraestrutura escolar: a importância da articulação de diferentes atores sociais

Uma importante frente de atuação foi a construção de um projeto de melhorias da infraestrutura escolar, que pudesse oferecer condições mais dignas de trabalho e de estudo na Escola Municipal Carlos Chagas. Para isso, fizemos o registro das demandas apresentadas pelos estudantes e também dos professores e gestores, e reuniões de articulação com o poder público para que as propostas pudessem sair do papel.

Com a construção do conjunto habitacional Novo Horizonte e sem a construção de novas escolas, muitas crianças foram estudar na Carlos Chagas, entretanto as instalações da instituição não acompanharam a ampliação do número de estudantes inscritos. Isso fez com que a escola passasse a utilizar como sala de aula espaços que tinham sido pensados para outras finalidades, como um laboratório de informática e uma passagem para a cozinha. O tamanho das salas também não comporta, de forma confortável, cerca de 40 estudantes que tem por turma.

Além disso, a cozinha é pequena, e a escola não possui um refeitório, o que faz com que haja uma longa fila na hora do almoço e muitas crianças e adolescentes façam sua refeição sentados no chão do pátio ou nas salas de aula. Diante dessa situação, os estudantes foram unânimes em reivindicar um refeitório, pois precisavam de um espaço adequado para fazerem suas refeições com dignidade. Eles também apontaram a necessidade de espaços diversificados de aprendizagens, tais como: um laboratório de informática, de ciências, uma biblioteca, uma quadra poliesportiva e um parquinho infantil.

Notamos que os espaços designados para o brincar das crianças da Educação Infantil estavam pouco preservados e não apresentavam uma estrutura adequada para a permanência

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

das crianças pequenas. Segundo Sodré, Silva e Almeida (2023), a interação das crianças com as brincadeiras revela que, por meio delas, são atribuídos significados às suas experiências, identificam, compreendem e constroem suas emoções e o ambiente que as cerca. Todavia, nos encontros, observamos as falas de descontentamento das crianças em relação à ausência de brincadeiras, assim como a preferência dos docentes em as manter a maior parte do tempo na sala de aula.

Ademais, diversos brinquedos, livros, jogos, instrumentos musicais, materiais de papelaria, equipamentos eletrônicos que a escola recebeu, com recursos da prefeitura e do governo federal, permaneciam trancados nos armários, sem que professores e alunos utilizassem, pois não havia espaço nas salas para que pudessem ser colocados à disposição. Os estudantes queixavam-se frequentemente da falta de atividades lúdicas e de aulas mais interativas e, por outro lado, os professores reclamavam da falta de interesse dos alunos pelo que era ensinado na sala de aula. Assim, esses materiais pedagógicos, que poderiam ser utilizados para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, eram pouco explorados pelos professores. Nos encontros formativos, abordamos a necessidade de incorporar nas aulas atividades artísticas e lúdicas com as crianças, entretanto, na maior parte das vezes, a discussão sobre a prática pedagógica se voltava para as dificuldades na infraestrutura que impossibilitavam o desenvolvimento de um bom trabalho.

A partir dessa escuta, diversas reuniões foram feitas com a Seduct, que se comprometeu em construir, no início de 2025, novas salas, banheiros, refeitório, além de planejar uma quadra poliesportiva e uma horta comunitária. Também foi encaminhado o pedido ao Incra para a ampliação do terreno da escola, utilizando a área comunitária do assentamento para que essas melhorias e investimentos pudessem ser feitos. De forma imediata, a Seduct disponibilizou duas tendas para que a escola tivesse uma área coberta para servir de refeitório e para substituir a sala de aula ocupada pelas crianças no caminho para a cozinha.

Em relação à reformulação do Projeto Político Pedagógico, esse é um processo que está em construção, mas que enfrenta dificuldades de mobilização por conta da rotatividade de professores na escola. A maior parte dos funcionários não são concursados e exercem um trabalho temporário na instituição. Isso faz com que muitos não se envolvam com as questões institucionais, uma vez que em breve deixarão o seu cargo. Os professores atuam em regime de contrato de no máximo dois anos, e outros funcionários são indicações de vereadores, reproduzindo a lógica clientelista e mandonista (Carvalho, 1997). Devido à precariedade de

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

acesso ao transporte público, muitos professores e funcionários encontram dificuldades para chegar à escola ou até mesmo acabam escolhendo outras que são mais próximas de suas moradias. Tais situações dificultam a consolidação de uma equipe pedagógica permanente.

Conclusão

Neste trabalho, alinhamo-nos ao movimento de Educação do Campo, que busca a emancipação dos povos do campo e da construção de um projeto educacional de valorização das práticas culturais e dos saberes existentes no território, das histórias de luta e de resistência da comunidade, reconhecendo as relações construídas cotidianamente entre elementos do passado e do presente. A Educação do Campo faz-se importante sobretudo em um país cuja formação sócio-histórica se deu por meio das complexas contradições emergentes do processo de colonização fundamentado na superexploração do trabalho, no monopólio privado da terra e no racismo (Souza, 2020).

As vivências dos estudantes apresentaram elementos significativos para a construção da identidade da escola. A dicotomia entre o modo de vida urbano e o rural, muito presente nos primeiros encontros, foi sendo problematizada, considerando que há uma relação dialética e não de oposição ou de valorização de um sobre o outro. Além disso, há proximidades entre as histórias das principais comunidades atendidas na escola, uma vez que tanto o Assentamento Zumbi dos Palmares, quanto a ocupação Novo Horizonte são marcados pela história de luta pela terra e pela moradia, e seus habitantes, na sua maioria, são atravessados pelo racismo estrutural (Almeida, 2019), que condena os povos negros às situações de vulnerabilidade social e de pouco acesso às políticas públicas.

Portanto pensamos que mais do que considerar se o lugar onde esses estudantes residiam era rural ou urbano, em função da sua diversidade e complexidade, seria importante que a comunidade escolar valorizasse a sua identidade marcada pelas trajetórias de luta pelo que lhes permitiram acessar os direitos fundamentais mais básicos, como saúde, educação, moradia, e renda, já que, em ambas, eles são precários.

Com o projeto de extensão, ampliamos as formas de participação de crianças, jovens e professores na escola, ao criar espaços democráticos de discussão durante as oficinas e na formação continuada. Através dessa mobilização coletiva, foi possível articular ações junto à Seduct para melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho na unidade escolar. Apesar dos avanços, podemos refletir que somente as obras não vão resolver todos os problemas

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

enfrentados na escola, necessitando também de investimentos em concursos públicos e de políticas específicas para as escolas do campo, que possam incentivar a permanência de profissionais qualificados que queiram construir, junto com a comunidade escolar, uma proposta pedagógica que faça sentido para a realidade de crianças e jovens atendidos pela instituição.

Também ressaltamos a necessidade de construção de espaços democráticos e deliberativos, tais como o conselho escola-comunidade, a realização de assembleias com representação estudantil e a organização de eventos culturais, de forma a incluírem os diferentes atores sociais que compõem a comunidade escolar. Nesse sentido, faz parte do projeto de extensão mapear, junto com os participantes, quem são os agentes públicos, as lideranças comunitárias, religiosas, políticas que podem ser mobilizadas no próximo ano, para contribuir nessa construção. Assim, a experiência extensionista alcançou resultados significativos, mas concordamos com Martins (2009), quando ele afirma que o processo de ocupação não se esgota na escola, sendo um movimento que só se efetiva, quando em movimento, portanto, exige uma ação contínua e permanente.

Concluimos, que esse projeto, construído de modo coletivo, entre MST, Nijup e Articulação da Política de Diversidade da Seduct, pôs a nu um dos grandes problemas do tratamento dado ao meio rural, sobretudo nas áreas de reforma agrária e quilombolas, que é a continuidade de ações formativas em defesa da vida, da dignidade humana e da garantia de direitos à diferença preconizados na constituição cidadã.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **O que é o racismo estrutural?** São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BECKER, O. M. S. O trabalhador na atividade canavieira do Norte Fluminense: uma categoria em transformação. In: BERNARDES, J. A. *et al.*; SILVA, C. A.; POSE, F. S. T.; RAINHA, F. A.; FORTUNA, D. S.; VIEIRA, C. S.; BECKER, O. M. S.; ALENTEJANO, P. R. R. **Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2014. (p. 77-920).

CALDART, R. **Escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2016. (p. 317-363).

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **RURIS**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16818>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, jan./dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/>. Acesso em: 22 out. 2024.

DINIZ, A. S. Educação do campo como um processo de resistência à experiência do PRONERA na Universidade Estadual Vale do Acaraú, estado do Ceará. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 32, abr. 2019. DOI: 10.14393/RCT143213. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/48053>. Acesso em: 17 out. 2024.

ESCOLA MUNICIPAL CARLOS CHAGAS. **Projeto Político Pedagógico**. Campos dos Goytacazes: Escola Municipal Carlos Chagas, 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Traduzido por Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008. (p. 194).

HADDAD, L. **Analisando as tensões entre produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos de reforma agrária, Campos dos Goytacazes, RJ**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, UENF, Campos dos Goytacazes, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 17/10/2024. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf/view>. Acesso em 13 jan. 2025.

MARTIN-BARÓ, I. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In: LACERDA JÚNIOR, F. (org.). **Crítica e Libertação na Psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2017. (p. 173-203).

MARTINS, Viviane Ramiro da Silva; RODRIGUES, Mariana Leal. Coletivo de Mulheres Regina Pinho e Grupo Amor do Campo: experiências de organização coletiva no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos, RJ. **Revista Agenda Social**, v. 13, n. 1, jan./dez. 2019.

MARTINS, F. J. **A escola e a educação do campo**. [s. l.]: Pimenta Cultural, 2020. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/escola-educacao>. Acesso em: 25 out. 2024.

MARTINS, F. J. **Educação do Campo**: processo de ocupação social e escolar. [s. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n2/06.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

OLIVEIRA, L. C.; SILVA, L. P.; SILVA, M. Fechamento das escolas do campo: entre os territórios de articulação, resistência e luta. **Revista Teias**, [s. l.], v. 24, n. 72, p. 330-342, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/67227>. Acesso em: 28 out. 2024.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-RJ

SILVA, R. D. L. G. D. *et al.* Ocupação Novo Horizonte: a articulação entre a Defensoria Pública da União e os movimentos sociais para a garantia do direito à moradia: **Revista da Defensoria Pública da União**, [s. l.], n. 17, p. 33-52, 12 jul. 2022. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/538>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes; SILVA, Carmem Virgínia Moraes da; ALMEIDA, Márcia Tereza Fonseca. Pesquisas com crianças: o brincar como atividade principal das crianças na educação infantil. *In*: VIEIRA, Emilia Peixoto *et al.* (org.). **Crianças, Infâncias e Educação Infantil do Campo: diversidades e conexões Brasil e França**. São Carlos: Pedro e João, 2023. (p. 159-180).

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na américa latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo, SP: Hucitec, 2020. (187 p.).

VIANNA, M. C. **Vozes e o silenciamento das escolas rurais**: um balanço da educação do campo em Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Mestrado): Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, UFF, Campos dos Goytacazes, 2018.

Agradecimentos

O Projeto conta com a participação de estudantes voluntários e bolsistas dos seguintes programas: Mais Ciência/PMCG; Proex/UFF; e Proppi/UFF.